

Alerta Legislação nº 21, de 18 a 23 maio 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI Nº 15.412, DE 20 DE MAIO DE 2026

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência em geral e estipular que aquelas de natureza cível constituem título executivo judicial de pleno direito e dispensam propositura de ação principal.

LEI Nº 15.411, DE 20 DE MAIO DE 2026

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para incluir, como causa de afastamento do agressor, o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes.

LEI Nº 15.410, DE 20 DE MAIO DE 2026

Altera a [Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984](#) (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória; e a [Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997](#) (Lei dos Crimes de Tortura), para prever como modalidade de tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica e familiar.

LEI Nº 15.409, DE 20 DE MAIO DE 2026

Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).

DECRETO Nº 12.976, DE 20 DE MAIO DE 2026

Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.

DECRETO Nº 12.975, DE 20 DE MAIO DE 2026

Altera o [Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016](#)(*), que regulamenta a [Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014](#)(**).

(*) *Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.*

(**) *Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.*

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
22/05/2026	<p><u>LEI Nº 15.413, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente à saúde mental.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.981, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Política Nacional para as Culturas Tradicionais e Populares.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.980, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural e altera o Decreto nº 12.719, de 17 de novembro de 2025.</p>
21/05/2026	<p><u>LEI Nº 15.412, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a aplicação das medidas protetivas de urgência em geral e estipular que aquelas de natureza cível constituem título executivo judicial de pleno direito e dispensam propositura de ação principal.</p> <p><u>LEI Nº 15.411, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para incluir, como causa de afastamento do agressor, o risco à integridade sexual, moral ou patrimonial da mulher ou de seus dependentes.</p> <p><u>LEI Nº 15.410, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para estabelecer medidas destinadas a reforçar a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, especialmente contra a reiteração de ameaça ou de violência perpetrada por agressores condenados ou submetidos a prisão provisória; e a Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997 (Lei dos Crimes de Tortura), para prever como modalidade de tortura a submissão reiterada da mulher a intenso sofrimento físico ou mental, no contexto de violência doméstica e familiar.</p> <p><u>LEI Nº 15.409, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Cria o Cadastro Nacional de Pessoas Condenadas por Violência contra a Mulher (CNVM).</p> <p><u>DECRETO Nº 12.976, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Estabelece diretrizes para a proteção de mulheres na internet e para o enfrentamento da violência contra mulheres em ambiente digital.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.975, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016(*), que regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014(**).</p>

	<p>(*) Regulamenta a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, para tratar das hipóteses admitidas de discriminação de pacotes de dados na internet e de degradação de tráfego, indicar procedimentos para guarda e proteção de dados por provedores de conexão e de aplicações, apontar medidas de transparência na requisição de dados cadastrais pela administração pública e estabelecer parâmetros para fiscalização e apuração de infrações.</p> <p>(**) Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.</p>
<p>19/05/2026 (Ed. extra)</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.360, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 12.009, de 29 de julho de 2009.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.359, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> (*) Autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.</p> <p>(*) Republicação do art. 7º da Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, por ter constado incorreção, quanto ao original, na edição Extra B do Diário Oficial da União de 19 de maio de 2025, Seção 1, página 1.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.359, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 37, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.347, de 27 de março de 2026, publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 285.000.000,00, para o fim que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 18 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 36, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.346, de 27 de março de 2026,</p>

	<p>publicada, em edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 20.429.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 18 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 35, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.345, de 24 de março de 2026, publicada no Diário Oficial da União no dia 25, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p> <p>Brasília, 18 de maio de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 217, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Altera a Portaria Normativa AGU nº 136, de 9 de maio de 2024, que dispõe sobre a lotação, o exercício e a atuação dos Advogados da União nos órgãos que especifica, a Portaria Normativa AGU nº 125, de 30 de janeiro de 2024, que regulamenta o teletrabalho para os membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal, e dá outras providências.</p> <p>CASA CIVIL (CCPR) ↳ Comitê Gestor do Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social <u>RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Atualiza o Plano Anual de Aplicação dos Recursos (PAAR FIIS).</p>
<p>Ministério da Agricultura e Pecuária</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MAPA Nº 908, DE 19 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Fixa o Preço de Liberação dos Estoques Públicos para arroz em casca, farinha de mandioca, fécula de mandioca, milho em grãos e trigo em grãos</p>

Ministério da Cultura	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA MINC Nº 283, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa Rede Nacional de Mestras e Mestres das Culturas Tradicionais e Populares.</p> <p><u>PORTARIA MINC Nº 281, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa Festejos Populares do Brasil.</p>
Ministério da Educação	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MEC Nº 456, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Programa para o Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EnergIFE e estabelece suas instâncias de governança.</p> <p><u>PORTARIA MEC Nº 446, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Regulamenta a concessão e a utilização de pontuação adicional ou bonificação nos processos seletivos públicos para Programas de Residência Médica - PRM.</p> <p><u>PORTARIA MEC Nº 422, DE 15 DE MAIO DE 2026</u> Institui normas complementares para a execução da Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica instituída pelo Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, e revoga a Portaria MEC nº 458, de 5 de maio de 2020.</p> <p><u>PORTARIA MEC Nº 421, DE 15 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva - PNEEI e sobre a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva - Reneei, de que tratam o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 236, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> (...) Art. 1º Publicar os resultados do Conceito Enade das Licenciaturas referentes ao ano de 2025, conforme Anexo I. (...)</p> <p><u>PORTARIA Nº 217, DE 11 DE MAIO DE 2026</u> Define o cronograma de atividades do Censo Escolar da Educação Básica 2026.</p>
Ministério da Fazenda	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MF/MMA Nº 69, DE 13 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Grupo de Trabalho sobre diretrizes e condições para o desenvolvimento de projetos e programas de créditos de carbono em terras públicas federais, no contexto do Sistema Brasileiro de</p>

	<p>Comércio de Emissões de que trata a Lei nº 15.042, de 11 de dezembro de 2024.</p> <p>CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (CMN) RESOLUÇÃO CMN Nº 5.305, DE 20 DE MAIO DE 2026 Estabelece as condições para a concessão de financiamentos destinados a capital de giro a prestadores de serviços aéreos regulares, na forma do art. 21 da Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026.</p> <p>RESOLUÇÃO CMN Nº 5.304, DE 20 DE MAIO DE 2026 Estabelece as condições, os encargos financeiros, os prazos e as demais normas regulamentadoras aplicáveis às linhas de financiamento para aquisição dos itens de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026(*). (*) <i>Autoriza a União a destinar recursos para disponibilizar linhas de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.</i></p> <p>SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL PORTARIA STN/MF Nº 1.414, DE 19 DE MAIO DE 2026 Divulga o demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL), referente ao 1º quadrimestre de 2026.</p>
<p>Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) PORTARIA MGI Nº 4.115, DE 19 DE MAIO DE 2026 Abre ao Orçamento de Investimento da União, em favor da empresa Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras, crédito suplementar no valor de R\$ 5.272.489.000,00 (cinco bilhões, duzentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e oitenta e nove mil reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA MJSP Nº 1.220, DE 18 DE MAIO DE 2026 Institui o Programa Território Seguro, Amazônia Soberana: Proteção da Amazônia e da Faixa de Fronteira no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p> <p>PORTARIA MJSP Nº 1.200, DE 19 DE MAIO DE 2026 Institui o Programa Nacional Defensoria em Todos os Cantos, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.</p>
<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 208, DE 19 DE MAIO DE 2026 Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 128, de 28 de março de 2022, que disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário.</p> <p>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 207, DE 19 DE MAIO DE 2026</p>

	<p>Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 138, de 10 de novembro 2022, que estabelece critérios e procedimentos operacionais relativos à consignação de descontos para pagamento de crédito consignado contraído nos benefícios pagos pelo INSS.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA PRES/INSS Nº 205, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Altera a Instrução Normativa PRES/INSS nº 140, de 18 de novembro de 2022, que dispõe sobre o Programa de Estágio de Estudantes.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 673, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Altera a Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para regulamentar a cobertura obrigatória do medicamento antineoplásico oral Olaparibe, em monoterapia, para o tratamento de pacientes adultos com câncer de próstata (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA ANS Nº 672, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Altera o anexo II da Resolução Normativa - RN nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, que dispõe sobre o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde no âmbito da Saúde Suplementar, para a atualização da Diretriz de Utilização - DUT nº 124 do anexo II da RN nº 465/2021, relacionado à "TERAPIA IMUNOPROFILÁTICA PARA O VÍRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO (VSR) COM DIRETRIZ DE UTILIZAÇÃO" (...)</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) ↳ Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 445, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Institui a lista de fármacos de uso oral destinados à ação local no trato gastrointestinal candidatos à bioisenção, conforme previsto no inciso VI do art. 7º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 749, de 5 de setembro de 2022.</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA ANVISA Nº 444, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Publica atualização da Lista de Medicamentos de Referência (LMR).</p> <p>↳ 4ª Diretoria ↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária <u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.019, DE 15 DE MAIO DE 2026</u> (...) Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...)</p> <p><u>RESOLUÇÃO-RE Nº 2.001, DE 14 DE MAIO DE 2026</u> (...)</p>

	<p>Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO. (...)</p>
<p>Ministério de Minas e Energia</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA MME Nº 133, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Aprova o Plano de Testes de Avaliação da Viabilidade Técnica do uso de óleo diesel com teores de biodiesel superiores a 15% e até 25%, elaborado no âmbito do Comitê Técnico Permanente do Combustível do Futuro - CTP-CF, em conformidade com a Lei do Combustível do Futuro.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MDA Nº 92, DE 18 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Estratégia Minha ATER Digital.</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MDIC/MF Nº 174, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Regulamenta a Medida Provisória nº 1.359, de 19 de maio de 2026, que autoriza a destinação, pela União, de recursos para disponibilizar linha de financiamento reembolsável a profissionais de transporte remunerado privado individual de passageiros, taxistas e cooperativas de taxistas, para aquisição de veículos automotores novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica.</p>
<p>Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MMA Nº 1.676, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Institui os instrumentos e procedimentos para a formalização da adesão dos entes federativos ao Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos e ao Sistema do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MTE/MF Nº 30, DE 15 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Comitê Gestor do Programa de Alimentação do Trabalhador e dispõe sobre sua composição e funcionamento.</p>
<p>Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA Nº 836, DE 15 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente e regulamenta dispositivos da Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.</p>

<p>Banco Central do Brasil (BCB)</p>	<p>ÁREA DE REGULAÇÃO <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 570, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 517, de 3 de novembro de 2025, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na apuração do limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 569, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Altera a Resolução BCB nº 343, de 4 de outubro de 2023, que dispõe sobre as medidas necessárias à execução do compartilhamento de dados e informações sobre indícios de fraudes de que trata a Resolução Conjunta nº 6, de 23 de maio de 2023.</p>
<p>Controladoria-Geral da União (CGU)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 262, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Institui a Rede Nacional de Integridade Pública</p>
<p>Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais</p>	<p>CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO (CFA) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA CFA Nº 684, DE 14 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a normatização das atividades de Administrador Judicial, Gestor Judicial, Perito Judicial e Assistente Técnico em processos judiciais e extrajudiciais.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA (COFECON) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.200, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Altera as datas para realização do 11º Desafio Quero Ser Economista - 2026 e da XV Gincana Nacional de Economia - 2026.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV) <u>RESOLUÇÃO Nº 1.701, DE 18 DE MAIO DE 2026</u> Habilita a Academia Brasileira de Medicina Veterinária Intensiva - BVECCS para concessão de título de especialista.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 1.699, DE 13 DE MAIO DE 2026</u> Habilita o Colégio Brasileiro de Nutrição Animal - CBNA para concessão de título de especialista.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 136, DE 14, DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre as prerrogativas profissionais da atividade de Relações Públicas, nos termos do art. 2º da Lei nº 5.377, de 1967 e do art. 4º do Decreto nº 63.283, de 1968.</p>
<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>	

<p>PUBLICAÇÃO DOE-SP</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>
<p>20/05/2026</p>	<p><u>DECRETO Nº 70.623, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Regulamenta a Lei nº 17.383, de 5 de julho de 2021, que dispõe sobre a criação de unidades regionais de saneamento básico, e dá providências correlatas.</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA CMIL/SAA Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece critérios e procedimentos para a distribuição de materiais destinados ao combate a focos de incêndio em áreas de vegetação (Kit Estiagem) a assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p>
<p>Casa Civil (CC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a fixação do Ajuste da Meta Global - AjusteMG e da Meta do Indicador Global - MIG, para efeito da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1.059/2008, para o exercício 2026.</p> <p>CASA MILITAR (CMil) → Administração Direta → → Departamento de Defesa Civil <u>RESOLUÇÃO Nº 01, DE 24 DE ABRIL DE 2026</u> Estabelece critérios e procedimentos para a distribuição de materiais destinados ao combate a focos de incêndio em áreas de vegetação (<i>Kit Estiagem</i>) a assentamentos rurais localizados no Estado de São Paulo, e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SCTI Nº 21, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR do exercício de 2025,</p>
<p>Controladoria Geral do Estado (CGE)</p>	<p>GABINETE DO CONTROLADOR GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CGE Nº 013, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Aprova o Plano Anual de Auditoria Interna Baseado em Risco, da Controladoria Geral do Estado, referente ao exercício de 2026.</p>

<p>Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas (SCEIC)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SCEIC Nº 16, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Torna pública a Nota Técnica para Apuração dos Resultados obtidos pela Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas para os indicadores aprovados pela Comissão Intersecretarial da Bonificação por Resultados, para o ano de 2025, para a Secretaria da Cultura, Economia e Indústria Criativas</p>
<p>Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS Nº 18-2026</u> Dispõe sobre a divulgação da Nota Técnica de Apuração dos Resultados, da Bonificação por Resultados, para o exercício de 2025, da Secretaria de Desenvolvimento Social, e dá providências correlatas.</p>
<p>Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SDPCD Nº 21, DE 20 DE MAIO 2026</u> Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM da Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2025</p>
<p>Secretaria da Educação (SEDUC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 56, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Institui o Concurso de Boas Práticas da rede pública de educação estadual paulista</p> <p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO CORPORATIVA <u>PORTARIA CONJUNTA SUCOR - SUPED Nº 01, DE 19 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre os procedimentos e o cronograma da Etapa Diagnóstica da Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério – QM, em exercício nas escolas públicas de tempo parcial e nas que ofertam o Programa Ensino Integral – PEI, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC, referente ao ano letivo de 2026.</p>
<p>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2026</u> Dispõe sobre a fixação do Ajuste da Meta Global - AjusteMG e da Meta do Indicador Global - MIG, para efeito da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1.059/2008, para o exercício 2026.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR Nº 1, DE 20 DE MAIO DE 2026</u></p>

	<p>Dispõe sobre a fixação do Ajuste da Meta Global - AjusteMG e da Meta do Indicador Global - MIG, para efeito da Participação nos Resultados - PR, instituída pela Lei Complementar nº 1.059/2008, para o exercício 2026.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SGGD Nº 18, DE 13-05-2026</u></p> <p>Dispõe sobre a instrução e a tramitação dos processos de doação de veículos oficiais a Municípios do Estado de São Paulo e a entidades privadas sem fins lucrativos com sede e foro no Estado de São Paulo, por parte da Administração Centralizada e Autarquias, no âmbito do Sistema de Administração dos Transportes Internos Motorizados (SATIM)</p> <p>SUBSECRETARIA DE ORÇAMENTO UNIDADE DO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO (UAPESP) <u>PORTARIA UAPE Nº 03, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Fixa o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades-Meio, de que trata o Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004.</p>
<p>Secretaria de Governo e Relações Institucionais (SGRI)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SGRI Nº 06/2026, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM, relativo à Bonificação por Resultados - BR, exercício de 2025, para a Secretaria de Governo e Relações Institucionais</p>
<p>Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 21 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre a apuração do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - IACM da Bonificação por Resultados - BR, referente ao exercício de 2025.</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 29, DE 15 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Disciplina a celebração de acordos de conciliação ambiental no âmbito do Programa Acordo SP + Verde, e dá outras providências</p>
<p>Secretaria da Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 95, DE 20 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Estabelece a transferência, mediante adesão, de recurso do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente aos medicamentos não entregues e não programados por meio do Programa Dose Certa no 4º trimestre, para os municípios, no exercício do ano de 2025, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 93, DE 19 DE MAIO DE 2026</u></p> <p>Altera os artigos 8º e 19 do Regimento do Programa de Bolsas para Cursos de Especialização Lato sensu, para dispor sobre a carga horária e os critérios para férias escolares e dá providências correlatas.</p>

Secretaria de Turismo e Viagens	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SECRETARIA DE TURISMO E VIAGENS Nº 21/2026</u> Dispõe sobre o valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas – IACM relativo à Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2025 da Secretaria de Turismo e Viagens</p>
Publicação DOE Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
22/05/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 480/2026, DE 22/05/2026</u> Obriga a Administração Direta e Indireta a buscar a responsabilização por danos causados por violência</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 478/2026, DE 22/05/2026</u> Dispõe sobre a implantação de catracas com reconhecimento facial integradas a aplicativos para envio de notificações de entrada e saída em tempo real, nas escolas da rede pública do Estado de São Paulo.</p>
21/05/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 477/2026, DE 21/05/2026</u> Dispõe sobre diretrizes do "Enfrentamento à Violência Contra a Mulher" no âmbito do Estado de São Paulo</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 476/2026, DE 21/05/2026</u> Institui a Vacinação Domiciliar para Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p>PROJETOS DE DECRETOS LEGISLATIVOS <u>PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 15, DE 2026</u> Susta os efeitos da Portaria Conjunta SUCOR – SUPED nº 01, de 19 de maio de 2026, que dispõe sobre os procedimentos e o cronograma da Etapa Diagnóstica da Avaliação de Desempenho dos integrantes do Quadro do Magistério – QM, em exercício nas escolas públicas de tempo parcial e nas que ofertam o Programa Ensino Integral – PEI, da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEDUC, referente ao ano letivo de 2026.</p>
20/05/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 474/2026, DE 20/05/2026</u> Estabelece medidas de identificação, orientação e encaminhamento de jovens de 15 a 29 anos que não estudam, não trabalham e não se encontram em formação profissional no Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 473/2026, DE 20/05/2026</u></p>

	<p>Estabelece medidas complementares de prevenção ao feminicídio e de proteção à mulheres em situação de violência doméstica e familiar, mediante monitoramento eletrônico do agressor, adoção de mecanismos tecnológicos de alerta, fortalecimento da rede de proteção e implementação de protocolos de risco, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
19/05/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 471/2026, DE 19/05/2026</u> Cria o Programa Minha Casa, Minha Vida Paulista (PMCMV).</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 470/2026, DE 19/05/2026</u> Dispõe sobre a limitação da utilização de recursos públicos para pagamento de cachês artísticos em eventos realizados no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 469/2026, DE 19/05/2026</u> Dispõe sobre a fixação de limite para despesas com contratações de shows artísticos e eventos musicais custeados com recursos públicos no âmbito da Administração Pública do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 468/2026, DE 19/05/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de aulas de Educação Física com ênfase em aulas marciais no currículo escolar do ensino fundamental e médio nas escolas que tenham adotado jornada de Tempo Integral</p> <p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2026, DE 19/05/2026</u> Dispõe sobre a transformação de cargos de Juízes Substitutos em Segundo Grau em cargos de Desembargadores no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p>
18/05/2026	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 467/2026, DE 18/05/2026</u> Disciplina as hipóteses de remoção e os procedimentos de concessão de alternativa habitacional definitiva e auxílio-aluguel para famílias em situação de vulnerabilidade social removidas de assentamentos urbanos pelo Poder Público estadual.</p>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
22/05/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO GP/SDG Nº 04/2026</u> Atualizações no Sistema de Pesquisa de Comunicados e Legislação e no Sistema <i>PUSH</i> – Sistema de Acompanhamento e Notificações (...)</p>

20/05/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 24/2026</u> Implementação das Instâncias de Governança Democrática do Sistema Nacional de Educação (SNE) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 709, de 1993, bem como em seu Regimento Interno, ALERTA os Municípios e demais agentes públicos de que, para o fortalecimento da governança educacional, é obrigatória a instituição e o funcionamento regular das Comissões Intergestores Bipartites da Educação - CIBEs, conforme estabelecido pela Lei Complementar Federal nº 220/2025, que instituiu o Sistema Nacional de Educação - SNE. É imperativo que os gestores procedam à estruturação e ao funcionamento regular das CIBEs, pois tais instâncias são fundamentais para a pactuação de responsabilidades, articulação de programas e monitoramento dos planos de educação, cujas decisões devem estar estritamente vinculadas aos instrumentos de planejamento e orçamento público: PPA, LDO e LOA. O objetivo deste Tribunal é assegurar que a cooperação interfederativa contribua para a universalização do ensino com padrão de qualidade e equidade, respeitada a autonomia dos entes federativos e observadas a transparência e a eficiência na aplicação dos recursos públicos. SDG, em 19 de maio de 2026. GERMANO FRAGA LIMA SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
22/05/2026	<p><u>DECRETO Nº 65.198, DE 21 DE MAIO DE 2026</u> Atribui à Agência Reguladora de Serviços Públicos do Município de São Paulo – SP-Regula a gestão, a regulação e a fiscalização da concessão, com outorga onerosa, destinada à prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção dos parques urbanos municipais, bem como da execução de obras e serviços de engenharia correlatos, objeto do Contrato de Concessão nº 057/SVMA/2019.</p>
19/05/2026	<p><u>DECRETO Nº 65.171, DE 18 DE MAIO DE 2026</u> Introduz alterações no art. 2º do Decreto nº 40.780, de 26 de junho de 2001, que dispõe sobre o uso, por terceiros, de áreas pertencentes à Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.</p> <p><u>DECRETO Nº 65.169, DE 18 DE MAIO DE 2026</u> Modifica parcialmente a estrutura organizacional da Guarda Civil Metropolitana/Comando Geral, vinculada à Secretaria Municipal</p>

	de Segurança Urbana, bem como introduz alterações nos Decretos nº 52.649, de 15 de setembro de 2011 , e nº 58.199, de 18 de abril de 2018 .
--	---

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: https://www.doe.sp.gov.br/
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>